

Força discute com Cunha revogação de medidas

Central sindical apresentou propostas ao presidente da Câmara dos Deputados ontem

Fernanda Uehara

fernandaua@diariosp.com.br

Em reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), na manhã de ontem, em Brasília, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, pediu a revogação das MPs (medidas provisórias) 664 e 665, que dificultam o acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários. Também foram sugeridas outras ações para substituir as medidas do governo.

Entre as alternativas dadas pelo sindicalista está o projeto que estabelece a taxação de grandes fortunas. Assim, quem tem patrimônio de alto valor pagaria sobre a totalidade de seus bens uma alíquota de imposto, não precisando retirar dos trabalhadores os seus benefícios.

“O Eduardo Cunha se mostrou sensível diante da situação e facilitará a participação dos trabalhadores nas discussões das análises às MPs”, contou Torres.

Durante a reunião, Cunha afirmou ter conversado com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e foi informado que as comissões serão instaladas na próxima semana. Segundo o sindicalista, o presidente da Câmara afirmou que a intenção do Congresso é votar as medidas o quanto antes, já que todos estão empenhados no ajuste fiscal.

ROTATIVIDADE/ Também ontem, às 15h30, centrais sindicais se reuniram com os ministros da Secretaria-Geral



Em reunião, Miguel Torres apresenta propostas para substituir as medidas provisórias

da Presidência, Miguel Rosetto, do Trabalho, Manoel Dias, e da Previdência Social, Carlos Gabas, para discutir a rotatividade e a informalidade no mercado de trabalho.

“O Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) coordenou um estudo que reforça a nossa proposta para revogação das MPs. Os trabalhadores terão uma grande dificuldade para voltar ao mercado, causando um prejuízo muito

grande e até irreparável”, explicou Miguel Torres. A pesquisa mostra que a taxa de rotatividade cresceu de 52% para 64% em dez anos.

“Agora vamos mobilizar toda a população. Manifestações acontecerão nos próximos dias dois e 23 em todo o país. Não é justo mexer nos direitos dos trabalhadores”, afirmou Torres.

No dia 24 de março, representantes das principais centrais sindicais estarão presentes no Congresso para a votação das medidas do governo.